

A REVOLTA DAS SAIAS: o ativismo das normalistas fortalezenses em maio de 1968***THE REVOLT OF THE SKIRTS: the activism of fortalezense normalists in may 1968***Tânia Gorayeb Sucupira¹ - UFC 
José Gerardo Vasconcelos² - UFC **RESUMO**

O artigo revisitou o ativismo de estudantes fortalezenses contra a cobrança de taxas escolares e tentativa de privatização do ensino público secundarista em 1968. A metodologia passa pela revisão bibliográfica, o escrutínio de matérias de jornais, análise de narrativas de coetâneos do movimento estudantil e a pesquisa no Relatório depositado no Arquivo Público do Estado do Ceará, no qual a diretora da Escola Normal narrou ao Secretário de Polícia sua versão para a expulsão da presidente do Grêmio estudantil, entregando panfletos subscritos por Centro dos Estudantes Secundários do Ceará, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e União Nacional dos Estudantes com conteúdo de subversão à ordem política e social. A aluna banida foi impedida de estudar em Fortaleza e a colega foi presa por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna. O contraditório emerge das memórias que ressignificaram a narrativa oficial cristalizada no tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Estadual Justiniano de Serpa; Revolta das Saias; Movimento Estudantil; Ditadura militar; Acordos MEC-Usaid.

ABSTRACT

The article revisited the activism of students in Fortaleza against the charging of school fees and the attempt to privatize public secondary education in 1968. The methodology includes a bibliographical review, the examination of newspaper articles, the analysis of narratives of contemporaries of the student activism and the research of the report kept in the Public Archive of the State of Ceará, in which the principal of the Normal School told the Police Secretary her version of the expulsion of the president of the Students' Union, for distributing pamphlets signed by the Center of Secondary Students of Ceará, the Brazilian Union of Secondary Students and the National Union of Students with content that subverted the political and social order. The banned student was prevented from studying in Fortaleza and her colleague was arrested by officials from the Information Operational Detachment - Center for Internal Defense Operations. The paradox emerges from the memories that re-signify the official narrative consolidated over time.

KEYWORDS: Justiniano de Serpa State School; "Revolta das Saias"; Students Activism; Military dictatorship; MEC-Usaid Agreements.

¹Doutora em Educação pela UFC. Mestra em Educação pela UFC. Graduada em Pedagogia pela UFC. Professora na Secretaria Municipal de Educação SME-Fortaleza, Ceará. EMAIL: thaniasucupira@yahoo.com.br.

²Doutor em Sociologia pela UFC. Mestre em Sociologia pela UFC. Graduado em Filosofia pela UECE. Docente da Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. EMAIL: gerardovasconcelos@ufc.br.

INTRODUÇÃO

O escopo compreende reconstituir a história do movimento estudantil no Colégio Estadual Justiniano de Serpa (JS) ocorrido em maio de 1968 na capital cearense, circunscrevendo-a na conjuntura pós-golpe de 1964, para entender as circunstâncias que levaram Adísia Sá, a diretora da instituição, a expulsar Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira (Mirtes), a presidente do Grêmio estudantil do turno da tarde, compreendendo motivações para o engajamento de alunos do Colégio Estadual Liceu do Ceará (Liceu) e de integrantes do Centro de Estudantes Secundários do Ceará (Cesc). Os protestos estudantis incluíram a invasão do JS, atos de protesto, passeatas pelas ruas de Fortaleza e confronto com forças policiais. Para dar conta dos objetivos, elencam-se: revisar a bibliografia de obras que abordam o tema (Amorim, 2005; Maia Júnior, 2008; Ramalho, 2002); analisar o relato de Adísia Sá ao secretário de polícia (Ceapec, 1968); discutir dados de periódicos da época; e compreender documentos mnemônicos nos relatos recentes de protagonistas e coetâneos do movimento estudantil de 1968.

A escolha de diversificar fontes secundárias tem em vista a análise dos discursos midiáticos, uma vez que informações jornalísticas representam uma construção política num determinado tempo/espço repleto de simbolismos e significados e “[...] não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar” (Barros, 2023, p. 45, grifos do autor), inclusive, “[...] a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (Orlandi, 2000, p. 21).

O Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará foi fundado em 1887 e conserva exemplares do jornal *Unitário* (UT). O periódico, editado em Fortaleza, foi fundado em 1903 por João Brígido dos Santos, jornalista, político, cronista, historiador e professor, um monarquista assumido, até a Proclamação da República Brasileira, quando se tornou liberal e defensor do novo regime (Rios, 2014). João Brígido era tão engajado politicamente que o periódico exibia o subtítulo “jornal político” e chegou a, “[...] entre 1910 e 1911, [...] ostentar a inscrição ‘Órgão do Partido Republicano e Liberal’” (Rios, 2014, p. 20). Para este artigo, foi consultado o período de 2 de abril a 12 de maio de 1968.

Do acervo da hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Ceará foram selecionadas edições da *Gazeta de Notícias* (GN), *O Povo* (OP) e *Tribuna do Ceará* (TC), nas quais dados relacionados ao movimento estudantil do JS aparecem nas capas e matérias, facilitando a recomposição da linha do tempo dos acontecimentos, análises e reflexões.

A GN, editada em Fortaleza, foi um periódico matutino fundado em 1927 (Limaverde; Carvalho, 2008) por Antônio Drumond, que enfrentou diversas crises até que, em 1930, “[...] foi assassinado na própria sala de trabalho, na redação do jornal” (Maia, 2010, p. 22). O diário se manteve até a década de 1970, quando o jornal OP adquiriu o controle, mas o extinguiu pouco tempo depois (Maia, 2010). A consulta consta nas edições de 2 de abril a 31 de maio de 1968. O OP integra o grupo de comunicação O Povo, fundado em janeiro de 1928 (Limaverde; Carvalho, 2008) e editado em Fortaleza como o jornal mais antigo em circulação no Ceará. O fundador, Demócrito Rocha, foi deputado federal na década de 1930 e um dos líderes do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará. Foram vistas edições de 2 a 26 de maio de 1968. Fundada em 1957 (Limaverde; Carvalho, 2008) e editada em Fortaleza, a TC, em 1968, acompanha a epígrafe de “Matutino Noticioso Independente”. A consulta incluiu edições de 29 de abril a 28 de maio.

No Arquivo Público do Estado do Ceará (Ceapec), criado em 1916, consta o Relatório que Adísia Sá fez ao secretário de polícia, em 1968, ao qual ela apensou cinco documentos. O

conteúdo desta fonte requalificou o objeto, possibilitando à pesquisa problematizar versões parciais e variantes midiáticas dos fatos e acontecimentos.

Destacam-se lacunas à espera da história daquela(es) adolescentes e jovens estudantes sobre a crise estudantil no JS, porque ela/ eles não teve/tiveram a oportunidade de tornar pública sua versão dos fatos, em alguma medida diversa daquela cristalizada no tempo. Das narrativas coletadas em entrevistas com protagonistas e coetâneos das manifestações denominadas na imprensa local como “Revolta das Saias” (GN, 1968), intenta-se apreender documentos mnemônicos, ressignificando dados e conexões entre o movimento das alunas do JS e outros movimentos estudantis no mesmo período.

As metodologias de História Oral coletam documentos orais, em vídeo e/ou áudio, cujos relatos contemplam vivências relativas a processos sociais, acontecimentos políticos ou conjunturas (Meihy; Holanda, 2015). Optou-se pela História Oral Temática para captar reminiscências, a partir da gravação de entrevistas semiabertas com auxílio da ferramenta de gravação do dispositivo móvel de comunicação telefônica. Dados de fontes primárias e secundárias orientaram a estruturação das questões norteadoras das entrevistas para revisitação de acontecimentos e vivências, corroborando Bahamonde-Rodríguez, Pérez-Mora e García-Delgado (2018, p. 52): “[...] *de acuerdo con la aprehensión del problema planteado: el tipo de preguntas, si son cerradas, semiabiertas o abiertas [...]*”.

Em acordo com Ferrarotti (2014), praticaram-se a escuta sensível e a postura respeitosa, especialmente por considerar que recordações carregam susceptibilidades, inclusive lembranças traumáticas, “[...] muitas vezes, as angústias da família, os símbolos guardados em gavetas mnemônicas” (Vasconcelos; Araújo, 2016). As etapas de produção das fontes orais foram orientadas por princípios éticos, conforme Esteves (2014). O retorno à(o) entrevistada(o) para entrega de cópia da transcrição das gravações e do arquivo do áudio permitiu que a(o) depoente revisasse sua narrativa e a correspondência dos dados gravados frente ao documento transcrito, com irrestrita liberdade para alterar/corrigir/acrescer dados, ao assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diante dos dados ratificados e organizados, as informações analisadas e interpretadas confirmaram ou rejeitaram hipóteses, contribuindo para o avanço da produção do conhecimento (Xavier; Ferreira; Matos, 2018).

Em grande medida, a descrição tornada pública de motivações, fatos e acontecimentos que se relacionam à “Revolta das Saias” está reduzida a discursos midiáticos e imagéticos de fontes jornalísticas permeadas de ressalvas e singularidades (Barros, 2023) ou a versões postas por Adísia Sá em matérias de periódicos, documentos oficiais ou na sua biografia (Amorim, 2005), com informações advindas da perspectiva da própria biografada, o que justifica revisitar o fenômeno e trazer a público o contraditório, inédito, até o momento, presente nas narrativas de protagonistas e coetâneos do movimento, porque “[...] a produção do conhecimento é um processo que se faz em um percurso infinito de aproximações que não pretende a completude, tendo em vista o processo sempre em aberto da História [...]” (Carvalho, 2012, p. 135).

Na primeira parte do trabalho, abordam-se a política intervencionista estadunidense nas instituições brasileiras e a problemática da reação estudantil diante dos acordos de regulamentação da cobrança de anuidades no Ensino Superior. Na sequência, o movimento secundarista contra o pagamento de taxa na matrícula escolar, em 1968, com destaque para as narrativas dos estudantes, à época, que ressignificaram a compreensão da conjuntura de expulsão da presidente do Grêmio estudantil do turno tarde do JS, a solidariedade de secundaristas que protagonizaram protestos pela reintegração dela aos quadros da escola, a versão da diretora escolar para a crise e o discurso de periódicos.

OS ACORDOS MEC-USAID: OS ESTUDANTES VÃO À LUTA

Durante a década de 1960, duas grandes potências disputavam a hegemonia ideológica e o poder político global. A União Soviética capitaneou o modelo socialista, contando com a adesão de Cuba, e os Estados Unidos lideraram o bloco de nações capitalistas, contendo o avanço comunista no Ocidente. O militarismo imposto na governança de países da América Latina contou com o apoio estadunidense (Germano, 2011; Krischke, 1979) e, a partir de 1964, após o golpe civil-militar no Brasil (Napolitano, 2014), a ditadura exerceu “[...] uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país” (Germano, 2011, p. 19). Frente ao autoritarismo imposto pelo regime ditatorial e ao ambiente de insatisfação que as medidas do governo desencadearam, legiões de estudantes em nível nacional engrossaram as fileiras da resistência. Não apenas os universitários, que se manifestaram por democracia e por maior participação nas decisões nacionais (Hernández-Huerta, 2018), também os militantes secundaristas, históricos contestadores nas trincheiras das lutas sociais (Grosso; Silveira, 2020).

Em 1968, a onda de efervescência social do Brasil acompanhava o fenômeno de repercussão mundial eternizado na literatura como a revolução cultural de maio de 1968³ (Acevedo-Tarazona, 2004; Carrilo-Linares, 2008; Delgado, 2013; Fuentes, 2008; Guzmán, 2011; Romo, 2017; Salazar, 2018; Ventura, 2018). Os desdobramentos da crise na França estamparam inúmeras capas e ocuparam número ainda maior de páginas de periódicos, informando o mundo dos violentos enfrentamentos entre milhares de estudantes, professores e policiais parisienses no “[...] Quartier Latin que se transformou num verdadeiro campo de batalha perto dos principais centros universitários [...]” (UT, 8 maio 1968).

Não obstante o alcance geopolítico e o efeito intervencionista representados pela Aliança para o Progresso⁴ (Acevedo-Tarazona, 2012, 2015) em países da América do Sul, as nações celebraram acordos de cooperação mútua. A respeito disso, Motta (2014) e Pina (2008) destacam o papel do Ministério da Educação e Cultura (MEC) diante da influência estrangeira e as diversas medidas que impactaram estruturas do sistema educacional. A cooperação entre o MEC e a United States Agency for International Development (Usaid)⁵ orientaram a implementação da Lei nº 5.540/1968⁶. Quatro pilares embasaram os acordos MEC-Usaid, concordando com Germano (2011, p. 106): controle político e ideológico da educação escolar; relação direta entre a educação e a produção capitalista; pesquisa vinculada ao capital; e estímulo à privatização do ensino ou “[...] descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita”, inclusive no ensino superior.

Em 2 de fevereiro de 1968, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Ceará (UFC) reuniu-se, atendendo à recomendação formulada pelo ministro da Educação e Cultura, “[...] visando a uniformizar a orientação, em tôdas [sic] as universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, relativamente ao pagamento de anuidades escolares” (Consuni, 2 fev. 1968, p. 2). Com a presença do representante do Diretório Central

³ O histórico mês de maio de 1968 iniciou com protestos estudantis em Paris que se alastraram por toda a França, repercutindo na mídia e em movimentos revolucionários em outras partes do mundo.

⁴ Programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e frear o avanço do socialismo.

⁵ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – órgão do governo estadunidense encarregado de distribuir ajuda externa, seguindo diretrizes do Departamento de Estado Americano.

⁶ A Lei da Reforma Universitária propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras e a pós-graduação.

dos Estudantes (DCE), o debate na sessão girou em torno do teor de normas impostas pelo MEC: o valor da anuidade (não mais que um salário mínimo vigente e não menos que um terço desse salário); a obrigatoriedade do pagamento em dia; e a possibilidade de isenção total ou parcial de cobrança da anuidade a estudantes comprovadamente carentes, mas com bom aproveitamento nos estudos, item que suscitou acalorada discussão, pela inconsistência de critérios de aferição (Consumi, 2 fev. 1968).

Muito atraentes do ponto de vista dos interesses empresariais, os planos intergovernamentais avançavam o processo de privatização da educação, esbarrando na resistência de setores populares, acirrando a indignação das massas e provocando, nos termos de Vasconcelos (1998, p. 20), os “turbilhões de 1968”. Nacionalmente, multiplicavam-se protestos estudantis, com uma legião de discentes insurgindo-se contra as diretrizes dos acordos MEC-Usaid, inclusive na capital cearense, agitada por estudantes que se manifestavam em avolumadas passeatas, greves e ocupações de centros de ensino (Sucupira, 2021).

A REVOLTA DAS SAIAS CONTRA A EXPULSÃO DE MIRTES

O estopim da crise entre as estudantes e a diretora do JS, antiga Escola Normal Justiniano de Serpa (Araújo, 2012), envolveu não apenas a cobrança de taxa na matrícula escolar como também a destinação dos recursos financeiros, de acordo com narrativas de Cacau⁷, que estudava no turno matutino e compunha a ala das alunas descontentes por entenderem que a obrigatoriedade de pagamento na matrícula seria o prenúncio de privatização da educação: “Foi a passeata em solidariedade à Mirtes⁸, que estava contra a cobrança de taxas; era o projeto de privatizar o ensino” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017).

No ano letivo de 1968, Mirtes, veterana na escola desde o 1º Ciclo, cursava o Segundo Ano do 2º Ciclo e atuava na representação estudantil, como explicou: “Antes de ser representante do Grêmio, eu fui representante de classe no Conselho de Representantes, que tinha uma representação fortíssima” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023). Suzana⁹, da turma de Mirtes e igualmente veterana na instituição, em 1968, estava na presidência do Conselho e afirmou a importância das representações estudantis no cotidiano escolar “[...] O Conselho é quem fazia a ligação entre a coordenação, a direção e as demandas dos alunos” (Borges, entrevista, 1º jun. 2023).

O plano de institucionalizar a cobrança em escola pública não se limitava a instituições de ensino superior, como percebido na reunião do Conselho da UFC, tampouco àquelas da capital. Na edição da GN de 7-8 de abril de 1968, encontra-se: “Alunos de colégios estaduais do interior obrigados a pagar taxa”, destacado com letra em negrito. Na reportagem, o periódico ressalta o valor da cobrança feita no Colégio Estadual de Nova Russas, “um cruzeiro novo [sic]” e a ausência da informação para o destino do dinheiro arrecadado, acrescentando que a “Direção [...] já havia cobrado, no ato da matrícula, cinco cruzeiros novos individualmente [...]” (GN, 7-8 abr. 1968, p. 4). Na matéria, protestos dos alunos do Liceu contra o pagamento de “cinco cruzeiros novos” e a referência à Lei Temístocles de Castro e Silva, que “[...] proíbe a cobrança de qualquer tipo de taxa, com qualquer fim ou objetivo [...]” (GN, 7-8 abr. 1968, p. 4). Cacau recordou o movimento estudantil no Liceu e a situação consolidada no JS: “Tentaram [cobrar taxa de matrícula] no Liceu.

⁷ Maria do Carmo Moreira Serra Azul (*27/08/1951 - +26/04/2019): economista e auditora fiscal pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

⁸ Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira (29/06/1951): preceptora atuando em domicílios e em sua própria casa como estimuladora do aprendizado de crianças e, informalmente, escrevendo ensaios para jornais.

⁹ Suzana Maria Capelo Borges (11/08/1950): psicóloga, mestra e doutora em Educação. Docente universitária aposentada.

Tinha sete mil alunos; manhã e noite, só homem; tarde, só mulher, houve rebelião [...]. A Escola Normal já tinha o acordo MEC-Usaid” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017).

Os dados da reunião suprarreferida do Consuni da UFC, acrescidos do teor da reportagem da GN, acima, não apenas corroboram a cobrança de taxas em estabelecimentos públicos de ensino, como também legitimam os protestos de secundaristas de escolas estaduais: Nova Russas, Liceu e JS, pois “[...] As lutas podem não ser as mesmas, contudo articulam-se, têm seus laços” (Maia Júnior, 2008, p. 20).

À tarde do dia 1º de abril de 1968, cerca de cem alunas do JS agitaram-se nas calçadas do entorno da Escola Normal, em uma “[...] greve de solidariedade ao colega assassinado [...]”¹⁰ (Ceapec, 1968, p. 4). À época presidente do Cesc, João¹¹ recordou: “Nós chegamos inclusive aqui a depredar o USIS¹², nesse discurso [...] anti-imperialista contra [...] o MEC-Usaid” (Pontes, entrevista, 5 abr. 2023). Para esclarecer o “caso USIS”, a polícia prendeu acadêmicos e o DCE ameaçou uma greve geral na UFC caso os companheiros não fossem libertados (GN, 4 abr. 1968).

A política de segurança pública era destaque nos diários, “[...] dando a conhecer as estratégias de repressão violenta exercidas pelo governo” (Hernández-Huerta, 2018, p. 58). O UT reservou meia coluna para o texto e realçou com vermelho as letras garrafais da Nota Oficial a respeito da autorização concedida ao “[...] desfile militar comemorativo do aniversário da “Revolução de Março de 1964” (UT, 2 abr. 1968, p. 2), desvirtuado por estudantes fortalezenses que se manifestaram contra o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, depredando as instalações do USIS, em Fortaleza. A mensagem foi contundente: “GOVÊRNO [sic] DECIDE PROIBIR AS MANIFESTAÇÕES DE RUA” (UT, 2 abr. 1968, p. 2).

O Governo Militar preparava o fechamento completo do regime¹³ e a gestão do JS foi confiada a Adísia Sá¹⁴, “A diretora da escola indicada pela ditadura” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017). As impressões de Suzana foram na mesma direção: “Era fechada, autoritária e não gostava de conversa com aluno. Ela tratava aluno como subalterno mesmo. Na minha visão, na minha percepção, ela era uma falsa democrata” (Borges, entrevista, 1º jun. 2023). João ressaltou a maleabilidade política de Adísia Sá, com o passar dos anos: “Simplesmente deu uma guinada e tornou-se uma pessoa progressista [...] isso, ou de esquerda, [...] no fim dos anos 1970, começo dos anos 1980, ela era professora aqui do departamento, professora da Comunicação [UFC]” (Pontes, entrevista, 5 abr. 2023).

Adísia Sá justifica-se em Amorim (2005, p. 52) “[...] Os de Direita diziam que eu era da Esquerda, e os da Esquerda diziam que eu era da Direita. Mas eu sempre transitei muito bem nisso tudo”. Amorim (2005) pontuou a competência da jornalista, que, como diretora escolar, ministrava um curso de Jornalismo no JS e, em plena ditadura, abriu o Grêmio Literário e Estudantil Adísia Sá¹⁵, segundo a biografada, nome “[...] escolhido pelas próprias alunas”

¹⁰ Diferentemente de “Nelson Luiz Lima Souto”, em Hernández-Huerta (2018, p. 58), o nome do secundarista vitimado é Edson Luís de Lima Souto. O assassinato gerou tamanha comoção nacional que foi seguido de intensos protestos em todo o país (Da Silva, 2018). Em 21 de junho, um conflito na frente da sede do *Jornal do Brasil* ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta” e resultou em três mortos, dezenas de feridos e milhares de presos, motivando a “Marcha dos Cem Mil”, na capital fluminense, pelo fim da violência policial (De Sousa Silva; De Sousa, 2018).

¹¹ João Batista Arruda Pontes: sociólogo, mestre em Sociologia e docente universitário aposentado da UFC.

¹² USIS - United States Information Service, o Serviço de Informação estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial.

¹³ O Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, inaugurou o período de maior rigidez da ditadura militar.

¹⁴ Maria Adísia Barros de Sá (07/11/1929): jornalista, escritora, radialista e professora aposentada.

¹⁵ Em 1977, a Lei nº 6.454 proibiu, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta.

(Amorim, 2005, p. 52). A respeito disso, Mirtes teceu comentários: “Para o turno da manhã, ela dizia que as meninas da tarde e da noite queriam que o Grêmio se chamasse Adísia Sá, o tal do Gleas, que ela inventou” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

Em mais de uma ocasião, Adísia Sá admitiu o descontrole frente a Mirtes: “A minha intenção, não vou mentir, era a de agredi-la” (Amorim, 2005, p. 53); “[...] gritando mais alto do que MIRTES NOGUEIRA, bradei - ‘Cale a boca, sua cretina! Você não tem o direito de me desacatar nem de me chamar de desonesta’” (Ceapec, 1968, p. 1, destaque no original), e Mirtes reviveu ressentimentos: “Eu não confiava nela e essa desconfiança surgia exatamente por ser uma pessoa absolutamente escorregadia em tudo quanto dizia ou fazia” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

De acordo com Adísia Sá, a confusão foi motivada por “[...] uma quantia em dinheiro arrecadada pelo Grêmio” (Amorim, 2005, p. 53), porém Mirtes desmentiu: “Mentira. O Grêmio em momento algum deliberou pela cobrança de taxas” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023) e acrescentou: “Não era cobrado [taxa] antes e eu recebi denúncia de alunas insatisfeitas com o que estava acontecendo” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023). Cacau recordou que Adísia Sá havia dito que o dinheiro iria para o Grêmio, quando então Mirtes falou “[...] então me dá o dinheiro que vou fazer assembleia para perguntar, para ver o que que é para fazer, para ver o destino para o dinheiro” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017).

Ao secretário de polícia, Adísia Sá narrou sua versão, anexando documentos¹⁶ e iniciando com fatos de 29 de abril de 1968, por volta de 14 horas, quando Mirtes teria adentrado sua sala dizendo: “Eu vim buscar o dinheiro do Grêmio [...]; eu ainda ia fazer uma pesquisa com as meninas para saber quais os jogos que elas queriam [...]” (Ceapec, 1968, p. 1), referindo-se ao montante que estaria na posse de Mirtes e que Mirtes a teria solicitado que “[...] guardasse oitenta contos do Grêmio” (Ceapec, 1968, p. 2). Diante dessa informação, Suzana reagiu: “Não. Não é verdade, não, isso aí [...]” (Borges, entrevista, 1º jun. 2023), e Mirtes negou firmemente: “Mentira! Mentira! É mentira total, plena e absoluta [...]. O Grêmio nunca deteve caixinha de dinheiro nenhum, sempre esteve no poder dela” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

O depoimento de Adísia Sá ao secretário de polícia em 1968 junto a narrativas recentes das outrora normalistas não deixa dúvida quanto à existência de um montante financeiro no centro do conflito. Ramalho (2002, p. 250) faz referência à batalha que “[...] se relacionou a uma campanha de arrecadação de fundos, realizada pelo Grêmio estudantil, para custear a publicação de um jornal”, mas o pagamento de taxa na matrícula tem acordo com recordações de José¹⁷, que atuava como professor no ensino secundário: “[...] era professor contratado do Colégio Joaquim Nogueira, do estado e em todos os colégios do estado quem cobrava a taxa escolar era a direção do colégio. Os Grêmios nem pegavam no dinheiro, nem cobravam, era o controle da secretaria escolar” (Machado, entrevista, 1º abr. 2023).

João frequentava o curso secundarista e recordou que “[...] era do Liceu, não tinha, pelo que eu conheço, nenhum [ênfatisando] Grêmio estudantil que fizesse qualquer forma de cobrança, né, não tinha, mesmo que essa cultura não existia, né, e havia um moralismo rígido no nosso comportamento” (Pontes, entrevista, 5 abr. 2023).

¹⁶ Documento nº 1, ofício ao professor Francisco de Alcântara Nogueira, pai de Mirtes, comunicando o cancelamento da matrícula; nº 2, cópia da transferência de Mirtes, assinada por Nair Raulino de Sousa (secretária) e Adísia Sá (diretora), e infrações ao Regimento Interno do Estabelecimento. Artigo 92, 5º; artigo 98 I, VI e VII; nº 3, o panfleto aos estudantes cearenses, sobre a expulsão de Mirtes, a ameaça de expulsão de líderes do Liceu e a repressão aos movimentos estudantis; nº 4, cópia da matéria de GN de 5 de maio de 1968: “Diretora do JS: Punição para Aluna Foi Legal”; nº 5, panfleto aos estudantes e ao povo cearense, conclamando estudantes e população ao ato contra a militarização do ensino e pela liberdade do povo.

¹⁷ José Machado (11/03/1947): professor de Física no ensino secundário, aposentado e ativista político. Profere palestras sobre a ditadura militar em escolas públicas, particulares e universidades.

Ao secretário de polícia, Adísia Sá disse que indagou “uma aluna” para saber o que faziam com o dinheiro do Grêmio e que ela teria respondido: “Dizem que a Mirtes deu para o Cesc” (Ceapec, 1968, p. 2), mas João, o presidente do Cesc, em 1968, negou a ilação e justificou: “Não tem nem... CESC era autossuficiente, inclusive nós tínhamos uma gráfica que, de certo modo, funcionava e nós tínhamos dinheiro para pagar isso, carteira de estudante, inclusive, era paga [...] nós éramos o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará que congregava nesse período em torno de cento e sessenta mil alunos” (Pontes, entrevista, 5 abr. 2023).

No Relatório, Adísia Sá afirma que solicitou às presidentes dos Grêmios dos três turnos que apresentassem “prestação de contas” ao Conselho de Representantes (Ceapec, 1968, p. 2) e subentende-se, pela redação do documento, que as presidentes dos turnos manhã e noite prestaram contas, diferentemente de Mirtes, como Adísia Sá deixou claro e acrescentou que recebeu os “oitenta contos” (Ceapec, 1968, p. 2) das mãos de Mirtes, no pátio do Colégio, mas não anexou recibo correspondente. Diante da informação, Mirtes novamente reagiu: “Jamais! Jamais! Jamais! (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

Para além da celeuma envolvendo a cobrança de taxa na matrícula escolar, resta a confusão gerada pela finalidade dada ao montante. Adísia Sá declarou em Amorim (2005, p. 53): “Os estudantes pretendiam custear um jornalzinho”, e Mirtes corroborou “[...] havia na escola demandas que reivindicavam jornalzinho de classe, jornais-murais, materiais de várias ordens” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023). Contudo, Adísia Sá relatou ter utilizado os valores que alegou ter recebido de Mirtes para pagar ao marceneiro a fabricação de uma mesa de pingue-pongue: “Peguei os oitenta contos da tarde e dei ao operário, mediante recibo” (Ceapec, 1968, p. 3). Embora não tenha juntado o recibo dessa operação, ela registrou detalhes do ocorrido:

[...] Realmente isto aconteceu, no momento em que estava comigo a Presidente-Geral do Grêmio. Convocamos a presidente do turno da manhã e a presidente do Conselho, também da manhã, quando entraram em acordo quanto ao preço – cento e dez cruzeiros novos. Ficou decidido que a despesa correria por conta dos três turnos (Ceapec, 1968, p. 2).

A líder do turno da noite, as representantes do turno da manhã e a diretora decidiram o destino para os recursos advindos, segundo Adísia Sá, da líder do turno da tarde, que sequer foi convocada. Mirtes lembrou que cobrou de Adísia Sá atitudes mais republicanas: “Era importante ressaltar que, antes de você sair gastando [o montante da taxa de matrícula], que só poderia acontecer num processo democrático, de escolha das alunas” (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

Em 1968, adolescentes e jovens dividiam a ocupação entre a formação estudantil/acadêmica e a formação política. Mirtes era uma referência para os militantes secundaristas, como recordou José Maria¹⁸, igualmente militante na Ação Popular (AP)¹⁹: “A Mirtes era, assim, vamos dizer, assim, no movimento secundarista, como foi o nosso, era ela quem liderava isso” (Mapurunga Filho, entrevista, 6 abr. 2023). Cacau, companheira de luta política na AP recordou a gênese da organização e trouxe à baila motivações para o próprio engajamento:

¹⁸ José Maria Mapurunga Filho (12/11/1951): pesquisador da cultura popular nordestina e escritor, com trabalhos literários, roteiros de curta-metragem e peças teatrais premiados em todo o país.

¹⁹ Organização política de esquerda extraparlamentar criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte com militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Escolar Católica (JEC) e outras agremiações da Ação Católica (AC).

Meu pai era advogado [...] sociedade igualitária. A Igreja dizia ‘Deus criou o mundo e não deixou inventário. Se Deus disse que é pai de todos, todo mundo tem que ser igual. Cristo dividiu o pão, o peixe [...]’. Foi o primeiro socialista. A gente queria o socialismo cristão. Minha irmã e eu... a gente queria o socialismo de Cristo contra as injustiças. Nossa militância começou em [19]67. A JEC serviu de escola de base; tinha panfleto. A Ação Católica gerou a Ação Popular (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017).

O espírito idealista encorajava a juventude a enfrentar a violência institucional. Cacau recordou a revolta que sentiram diante da atitude arbitrária da diretora e Suzana reviveu o momento em que o grupo adentrou a diretoria escolar:

[...] nós fomos em grupo, um grupo grande, na sala da diretora, [...] exatamente para cobrar o dinheiro: ‘Cadê o dinheiro da caixinha?’. Como que ela usava o dinheiro da caixinha, não é, sem a permissão da presidente do Grêmio, que era a Mirtes, e aí ela disse que usava do jeito que ela quisesse [...] então a Mirtes se exaltou, e aí ela começou a gritar, se descontrolou, e aí começou a história toda, né, ameaçou expulsar: ‘Vou lhe expulsar’ (Borges, entrevista, 1º jun. 2023).

Na tarde do fatídico 29 de abril de 1968, a crise entre o grupo de alunas e a diretora culminou na expulsão de Mirtes da instituição: “[...] ante o olhar atônito das alunas presentes” (Ceapec, 1968, p. 1). No dia seguinte, foi expedido o documento dirigido ao pai de Mirtes, o professor Francisco de Alcântara Nogueira²⁰, comunicando o cancelamento da matrícula dela, mas, passados dez dias, a *Tribuna do Ceará* (11-12 maio 1968, p. 3) noticiou: “Pai de Mirtes não recebeu transferência”.

O pai de Mirtes, advogado e professor, ciente da gravidade do ato extremo de Adísia Sá e temendo o prejuízo para o futuro da filha, possivelmente tentou impedir a expulsão, buscando entendimento com a diretora. Além do apoio da família, a adolescente contou com a solidariedade das colegas também do turno da manhã. Lembrou Suzana: “Eu tinha uma irmã que na época estudava de manhã e a coisa ferveu também de manhã, não foi só no turno da tarde” (Borges, entrevista, 1º jun. 2023).

Enquanto o professor Alcântara Nogueira apelava para o secretário de educação em favor da filha e as normalistas buscavam o apoio da categoria para a reintegração de Mirtes, Adísia Sá concedeu entrevista para a GN, que publicou a chamada: “Diretora do JS: Punição Para Aluna Foi Legal” (GN, 5 maio 1968). A reportagem, cuja cópia Adísia Sá apensou junto ao Relatório (Ceapec, 1968, documento nº 4), tem base em entrevista com a diretora escolar, que citou recursos das alunas no valor de NCr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros novos) e disse ser calúnia a informação de que teria usado o valor sem consultá-las (GN, 5 maio 1968).

O engajamento do Cesc pela reintegração da companheira ao quadro discente mereceu destaque na imprensa. O conteúdo da matéria tem como base dados do folhetim distribuído à população por integrantes do Cesc no dia 2 de maio e que foi entregue a Adísia Sá, segundo ela, por um funcionário da escola (Ceapec, 1968). “Cesc Protesta Contra Expulsão de Aluna No Justiniano de Serpa” (GN, 3 maio 1968) estampou a capa do periódico, informando sobre o movimento estudantil: “O mesmo ato foi tentado no Liceu do Ceará, por ocasião da luta contra

²⁰ Francisco de Alcântara Nogueira (*15/04/1918 - +26/03/1989): advogado e docente universitário da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em 2019, a UECE outorgou-lhe o título de Doutor *Honoris Causa (in memoriam)*.

o pagamento de taxas, quando vários líderes foram ameaçados de expulsão pelo Diretor [...]”.

A reportagem cita a expulsão de Mirtes, por “[...] ‘esta estudante defender os interesses [sic] do Grêmio ao procurar receber o dinheiro daquela entidade gasto arbitrariamente pela Direção do colégio”.

Ao secretário de polícia, Adísia Sá entregou panfletos²¹ subscritos por Cesc, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE), nos quais os estudantes citam a indignação diante da expulsão da presidente do Grêmio estudantil, protestam contra as falhas do sistema de ensino, reforçam a resistência dos discentes contra a cobrança de taxas escolares, denunciam a truculência dos órgãos de repressão e conclamam a categoria e a população a se unirem “[...] pela volta da companheira Mirtes ao Colégio” (Ceapec, 1968, documento nº 3).

A escalada da tensão social estampa a manchete: “ESTUDANTES INVADIRAM JUSTINIANO DE SERPA DESAFIANDO A DIRETORA” (OP, 7 maio 1968, p. 6). Adísia Sá narrou ao secretário de polícia sua versão para os eventos de 6 de maio: ela estava reunida com alunas no pátio informando sobre a expulsão de Mirtes, quando esta teria adentrado a escola junto com um grupo de rapazes. “[...] Formou-se [...] autentico [sic] tumulto [...] em poucos instantes, três policiais deram entrada no Colégio [...] não tendo os mesmos [sic], entretanto, tomado nenhuma iniciativa [...]” (Ceapec, 1968, p. 6). No Relatório, Adísia Sá afirmou que os policiais foram chamados por professores, mas recordações de Mirtes ressignificaram a confusão:

[...] era uma representação estudantil do Cesc [...] já que se tinha ciência que ela reuniu as alunas no pátio [...] o Centro dos Estudantes Secundaristas levou-me à presença dela, exercendo a sua condição de representação estudantil e solicitando que nos fosse dado o direito de defesa [...]. Ela levantou-se de forma como sempre arrogante e fez assim com a mão [faz o gesto de mão à frente, espalmada], como a dizer ‘Aguardem aí’. Neste ‘aguardem aí’ ela entrou e começou a falar com as alunas. Foi quando a secretária da escola, senhora Nair²² ou Nadir, chega até a gente e diz: ‘É melhor que vocês saiam daqui imediatamente que a Adísia já mandou chamar a polícia’ (Nogueira, entrevista, 11 mar. 2023).

Desses acontecimentos Cacau recordou a truculência dos policiais que adentraram a escola: “Polícia militar usando gás lacrimogênio na Escola Normal, criança a partir de 11 anos, só garotas [...]” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017), e João, igualmente presente, lembrou a motivação para a ida da representação estudantil ao JS:

Eu estava lá, eu me lembro, eu estava lá. Olha, nós fomos tentar reverter esse quadro e, ao mesmo tempo, denunciar e [...] chegamos inclusive a algumas salas e todo mundo sabia, no colégio, era mais ou menos notório. Nesse momento, houve a repressão [...] houve uma sinalização de ir com uma conversa, que ela respondeu com a repressão. Eu me lembro que nós saímos inclusive pulando o muro, saímos pulando o muro, e eu não sei nem qual foi o ônibus que eu peguei [...], mas o que a imprensa deu é o que interessava eles dizer.

²¹ Documentos nº 3 e 5 (Ceapec, 1968).

²² A secretária de nome Nair Raulino é citada no Relatório (Ceapec, 1968).

A série de protestos das normalistas do JS e colegas de outras escolas ocuparam capas e páginas de diários, atraindo a atenção da sociedade e pronta ação das autoridades. “A notícia mais badalada na imprensa da época: a ‘Revolta das Saias’, porque eram só mulheres” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017), “[...] numa das maiores mobilizações do movimento feminino no Ceará [...]” (Amorim, 2005, p. 53).

Na figura 1, o título “Revolta das Saias” dado ao ativismo, reduz a militância das normalistas a um aspecto de gênero e confere conotação de espetáculo ao ato político que reivindicava a reinserção de Mirtes, expulsa da Escola Normal por Adísia Sá, como forma de punir a estudante por se insurgir contra atos da diretora escolar.

Figura 1 – “Debates da paz se iniciam com Paris em pé de guerra”



Fonte: GN (14 maio 1968, capa).

O poder político da imprensa manifesta-se na produção de discursos subliminares e mensagens que deformam/conformam a opinião pública (Barros, 2023). Na figura 1, expressa na GN de 14 de maio de 1968, autor/editor optaram por comunicar a crise estudantil no JS ao lado de informes da guerra entre Estados Unidos e Vietnã²³, o conflito capitalistas *versus* comunistas de maior evidência naquele contexto, tomando o cuidado de destacar a comunicação com imagem das estudantes insurgentes posicionada na capa do diário e no canto superior direito, um espaço nobre.

Figura 2 – Policiais cercam o prédio do JS e imagem da diretora Adísia Sá

²³ Desde 1º de novembro de 1955 até a queda de Saigon, em 30 de abril de 1975, ocorreu o conflito armado ocorrido no Vietnã, Laos e Camboja, entre o exército do Vietnã do Norte (apoiado pela União Soviética, China e aliados comunistas) e o exército do Vietnã do Sul (apoiado pelos Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália, Tailândia e nações anticomunistas).



Fonte: OP (10 maio 1968, capa).

Corroborando Barros (2023, p. 8), “[...] o discurso jornalístico não pode ser abordado de maneira simplória ou ingênua”. A edição de 10 de maio de 1968 do OP estampou na capa a imagem do prédio do JS rodeado por guardas municipais ao lado da imagem de Adísia Sá. A figura 2 reforça ao leitor a força institucional mobilizada para conter a crise e o destaque para a autoridade escolar posicionada ao lado, no espaço nobre de visualização. A imagem comunica a dimensão da força repressiva e autoritária no enfrentamento a atos de rebeldia de adolescentes/jovens contra quaisquer tentativas de subversão da ordem social.

Os anúncios de guarda ostensiva não intimidaram as normalistas, conforme noticiou o OP (10 maio 1968, p. 6): “Alunas da Escola Normal Protestam em Passeata contra Punição da Colega”, desta vez registrando o trajeto do ato e a presença do agente do Dops²¹ entre as adolescentes:

[...] ruidosa passeata à Rua Liberato Barroso, concentraram-se na Praça do Ferreira, onde se fizeram ouvir algumas oradoras [...] Agente do DOPS - que acompanhava discretamente o movimento desde a praça Gustavo Barroso - interveio, tentando convencer as alunas a irem para casa [...] as meninas reagiram de maneira pouco feminina (feio) (OP, 10 maio 1968, p. 6).

Figura 3 – Passeata das normalistas e o agente policial do Dops

²¹ Departamento de Ordem Política e Social (Dops), criado em 30 de dezembro de 1924 e instituído em 17 de abril de 1928 pela Lei nº 2.304 para reorganizar a Polícia do Estado. Atuou principalmente durante o Estado Novo e a ditadura militar, com a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país.



Fonte: OP (10 maio 1968, p. 6).

Nos discursos jornalísticos, linguagem e ideologia se entrelaçam (Orlandi, 2000) e a comunicação representa os interesses do poder constituído, as mensagens “[...] comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade” (Barros, 2023, p. 32). Na figura 3, o autor da reportagem com discurso com ataque de natureza misógina associou o significado de feio a “pouco feminino” e realçou a presença do policial, destacando a sua função de agente do Dops, a temida Polícia Política do Ceará, responsável pela caça a comunistas e repressão a baderneiros. Infere-se que o serviço de inteligência estatal de identificação dos inimigos internos estivesse atento aos movimentos estudantis, possivelmente buscando a identificação de lideranças responsáveis pela subversão da ordem social e política.

Em sua narrativa, Suzana recordou o desfecho da rebeldia das estudantes que ousaram confrontar a autoridade escolar, enfrentando a violência institucional do sistema:

A Mirtes estava expulsa e tinha desaparecido, porque ela prometeu que ia denunciar a Mirtes como comunista, né, e a Mirtes se escondeu, realmente [...] é, como comunista, que era o que se caçava na época, né, se não fosse do regime, era comunista, então isso foi a coisa que mais me marcou (Borges, entrevista, 1º jun. 2023).

Igualmente, Cacau não esqueceu como a grave crise na escola repercutiu no transcurso da vida da amiga “Adísia denuncia Mirtes para os órgãos de repressão, daí a Mirtes fugiu do Ceará. A Polícia Federal cercou o quarteirão da casa dela. A polícia invadiu a casa dela. Ela fugiu com 16 anos” (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017). Mirtes estava irreversivelmente expulsa do JS e teve a matrícula negada em todas as escolas da cidade.

Por ironia do destino, Adísia Sá também deixou a diretoria do JS, retornando aos antigos ofícios: “Docente do Segundo Grau contratada pelo Estado e redatora na GN” (OP, 16 maio 1968, p. 6). À guisa de adiantar o desfecho para os eventos que se deram por praticamente todo o mês de maio, a TC (28 maio 1968, capa) estampou na capa: “Diretor da escola normal surge hoje”. O professor José Alencar Sobreira assumiu a direção do JS acompanhado do silêncio da imprensa, suspendendo a cobrança da taxa e pondo fim à “Revolta das Saias”, mas sem esquecer a rebeldia das insurgentes, conforme Cacau recordou:

[...] Depois da saída da Adísia e entrada do interventor, acabou a taxa. Botaram o professor Sobreira como interventor. Ele era mais esperto. Ele dizia: ‘Não sou besta para mexer em boca de formigueiro. Se afastar do formigueiro, eu pego’. Ele me pegou [...]. Quando eu fui presa, eles não queriam saber da minha participação no movimento estudantil, só no movimento clandestino. Para eles, o movimento estudantil era secundário; as organizações de esquerda queriam fazer uma revolução socialista, implantar o socialismo [...] (Serra Azul, entrevista, 5 jan. 2017).

Ao mencionar a participação do Cesc na crise do JS e entregar panfletos subversivos dos estudantes ao secretário de polícia, Adísia Sá direcionou a Polícia do Estado na identificação das lideranças estudantis com expressiva atuação política na oposição à ditadura. Mirtes e Cacau, participantes na militância organizada e à frente do movimento estudantil, constituíram-se como alvos subversivos. Mirtes evadiu-se da cidade e passou a militar na clandestinidade. Cacau foi presa e torturada por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi).

Diante do exposto, a crise que culminou na “Revolta das Saias”, a partir da versão da diretora do JS, Adísia Sá, tornada pública em documentos oficiais e portadores textuais, frente a argumentos/informações advindos de expoentes do movimento estudantil, cujos dados estão expressos em arquivos mnemônicos de protagonistas e coetâneos, aprofunda questionamentos e expõe contradições: como poderia ter sido o Grêmio estudantil a cobrar a taxa de matrícula? O coerente seria que esta fosse retida pelo setor administrativo da escola destinado a proceder com as inscrições. Na hipótese de valores financeiros terem sido, ou recebidos pela diretora das mãos de estudante, ou repassados por setor administrativo da escola a representantes dos Grêmios, o protocolo burocrático não deveria subentender o ato mediante recibo devidamente preenchido e assinado? Acerca de recursos financeiros que, hipoteticamente, estariam em poder de Mirtes, qual a consistência da informação: “[...] dizem que a Mirtes deu para o Cesc”, proveniente de “uma aluna” e admitida por Adísia Sá sem mínima exigência/busca de comprovação? Ainda: com qual interesse Adísia Sá teria repassado esta ilação ao secretário de polícia, sem apresentar provas da denúncia? Qual a intenção de Adísia Sá ao excluir Mirtes, presidente do Grêmio no turno tarde, da convocação feita às demais líderes dos turnos manhã e noite da escola para deliberar a aplicação dos recursos financeiros que declarou ter recebido das mãos da própria Mirtes? Por que a reunião exclusivamente com líderes estudantis dos turnos manhã e noite para decidir a aplicação de recursos, optando pela compra de mesa de pingue-pongue, evitando a realização de assembleia com participação de líderes/estudantes dos três turnos e desistindo do projeto de criar o jornalzinho da escola? Diante do recrudescimento da vigilância/repressão governamental a movimentos estudantis de oposição ao regime ditatorial, com que finalidade Adísia Sá entregaria a autoridades policiais panfletos de protestos políticos assinados por entidades estudantis a nível local, estadual e nacional?

CONCLUSÕES

Não obstante o volume de questionamentos que restam, conclui-se, ainda, que o acordo MEC-Usaid instituiu a cobrança de taxas em escolas públicas sem definir critérios de cobrança e destino para os recursos coletados, impondo verticalmente diretrizes ao sistema educacional,

aprofundando a resistência contra o regime ditatorial, provocando o ativismo de estudantes e acrescentando às suas lutas a bandeira contra a privatização da educação.

Todavia, compreender os eventos críticos no JS implica inseri-los no bojo do contexto geopolítico de Guerra Fria, em que os Estados Unidos, a título de conter o avanço do comunismo no continente, exerciam o domínio político e ideológico nas instituições dos países aliados, com impactos na conjuntura dessas nações e gerando tensão no tecido social. No ano em que a ditadura no Brasil caminhava para fechar instituições e suspender garantias democráticas, a crise na sociedade escalava, juntamente com a repressão policial e perseguição a segmentos sociais vistos como subversivos, com destaque para os estudantes que se organizavam politicamente contra o autoritarismo e pela revolução.

Os periódicos cumpriram a função de porta-vozes dos interesses do poder ditatorial e de mercadores da comunicação, aproveitando a repercussão da crise que envolveu as normalistas, a diretora escolar e os segmentos do movimento estudantil na cidade para afirmarem o apoio ao autoritarismo institucional e venderem mais exemplares, com textos tendenciosos, imagens sugestivas e manchetes sensacionalistas. A GN, na qual Adísia Sá figurou como redatora, constituiu-se em periódico de efetiva comunicação, publicando reportagens com versões dos fatos a partir de boletins distribuídos por estudantes e da narrativa da diretora do JS. O UT, declaradamente conservador e OP, fundado por Demócrito Rocha, deputado federal na década de 1930 e um dos líderes do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, evidenciaram o apoio ao regime instituído pelo golpe civil-militar de 1964, percebido nas manchetes, reportagens e imagens publicadas acerca da crise estudantil no JS.

Este estudo espera ter contribuído para avançar a compreensão do ativismo estudantil durante a ditadura militar, em Fortaleza, especialmente de fatos e acontecimentos que se referem ao movimento estudantil das normalistas do JS, em 1968. A bem da reparação histórica, ao suscitar questões que seguem em aberto, espera-se que o estudo avance prospectando documentos e interpretando dados na perspectiva de ampliar o universo de pontos de vista, considerando as narrativas de vencedora(s), mas também as de vencida(o)s.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-TARAZONA, Álvaro. Educación, reformas y movimientos universitarios en Colombia: apuestas y frustraciones por un proyecto modernizador en el siglo XX. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 53, p. 102-111, 2015.

ACEVEDO-TARAZONA, Álvaro. El movimiento estudiantil entre dos épocas: cultura política, roles e consumos. **Años Sesenta**, Nariño, n. 6-7, p. 161-176, 2004.

ACEVEDO-TARAZONA, Álvaro. Modernización universitaria y protesta estudiantil en Colombia: el caso de la Universidad Industrial de Santander (1953-1977). **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, Bogotá, v. 17-2, p. 371-399, 2012.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMORIM, Luiza. **Adísia Sá: uma biografia**. Fortaleza: Omni, 2005.

AZUL, Maria do Carmo Moreira Serra. **Em entrevista concedida por Maria do Carmo Moreira Serra Azul (Cacau) aos pesquisadores em 5 de janeiro de 2017, em Fortaleza.** Fortaleza, 2017.

BAHAMONDE-RODRÍGUEZ, María; PÉREZ-MORA, Cristina; GARCÍA-DELGADO, Francisco Javier. Reflexiones acerca de los trabajos fin de grado y fin de máster. *In*: XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva (org.). **Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas.** Fortaleza: UECE, 2018. p. 38-76.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis: Vozes, 2023.

BORGES, Suzana Maria Capelo. **Em entrevista concedida por Suzana Maria Capelo Borges aos pesquisadores em 1º de junho de 2023, em Fortaleza.** Fortaleza, 2023.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1968.**

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2012.**

CARRILO-LINARES, Alberto. **Subversivos y malditos en la Universidad de Sevilla (1965-1977).** Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2008.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. *In*: BAPTISTA, Maria Manuel (org.). **Cultura: metodologias e investigação.** Coimbra: Grácio, 2012. p. 127-148.

DELGADO, Kevyn Simon. **El Partido Comunista Mexicano y el movimiento estudiantil de 1968: enfrentamiento, aportación e impacto.** 2013. 243 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Programa de Postgrado en Historia, Universidad Autónoma de Querétaro, Querétaro, 2013.

ESTEVEVES, Carla Hiolanda. Entrevistar crianças/jovens: relato de uma experiência em contexto hospitalar. **Saber & Educar, Porto, n. 19, p. 96-105, 2014.**

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais.** Natal: UFRN, 2014.

FILHO, José Maria Mapurunga. **Em entrevista concedida por José Maria Mapurunga Filho aos pesquisadores em 6 de abril de 2023, em Fortaleza.** Fortaleza, 2023.

FUENTES, Carlos. **Em 68: Paris, Praga e México.** Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

GROPPO, Luís Antônio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 12, p. 7-21, 2020.

GUZMÁN, Héctor Jiménez. **El 68 y sus rutas de interpretación**: una crítica historiográfica. 2011. 240 f. Tesis (Maestría en Historiografía de México) - Programa de Postgrado en Historiografía de México, Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, Ciudad de México, DF, 2011.

HERNÁNDEZ-HUERTA, José Luis. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De Calabouço à missa do sétimo dia. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 47-70, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/76888>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/76888/pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática de 1945 a 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

KRISCHKE, Paulo José. **A igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMAVERDE, Lucíola; CARVALHO, Gilmar de. Jornal *O Ceará*: exemplo de mídia combativa na década de 1920. *Ir*: INTERCOM, 31., 2008, Natal. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal: Intercom, 2008. Disponível em: <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1785-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **“O Dono do Terreiro”**: o jornalista, político e professor Luiz Campos. 2010. 120 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Programa de Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MEIHY José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, C. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Mirtes Semeraro de Alcântara. **Em entrevista concedida por Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira aos pesquisadores em 11 de março de 2023, em Fortaleza**. Fortaleza, 2023.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PINA, F. Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO*, 19., 2008, São Paulo. **Anais do XIX Encontro Regional da ANPUH "Poder, Violência E Exclusão"**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-10.

PONTES, João Batista Arruda. **Em entrevista concedida por João Arruda aos pesquisadores em 5 de abril de 2023, em Fortaleza**. Fortaleza, 2023.

RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!:** o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC, 2002.

RIOS, Renato. A cultura política de João Brígido dos Santos: política, maçonaria e imprensa (1859 - 1919). **Bilros**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 101-124, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7579/6351>. Acesso em: 6 fev. 2024.

ROMO, Andrés Donoso. El movimiento estudiantil mexicano de 1968 en clave latinoamericana: aproximación a las nociones de educación y transformación social. **História Crítica**, Bogotá, n. 63, p. 137-157, 2017.

SALAZAR, Patricia Badenes. **Fronteras de papel:** el mayo francés en la España del 68. Madrid: Cátedra, 2018.

SERRA AZUL, Maria do Carmo Moreira Serra Azul (Cacau). **Em entrevista concedida por Mirtes Semeraro de Alcântara Nogueira aos pesquisadores em 5 de janeiro de 2023, em Fortaleza**. Fortaleza, 2023.

SILVA, Antonio Marcos de Sousa; SOUSA, Lucas Marcelo Tomaz de. Passeata dos cem mil em perspectiva: movimentos sociais, educação e política. **Educação como Forma de Socialização**, Fortaleza, p. 63-93, 2018.

SILVA, Rafael Viana da. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 1968 brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 18, p. 76-88, 2018.

SUCUPIRA, Tânia Gorayeb. **Movimentos estudantis na UFC e ecos de resistência de 1968 e 2016**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do silêncio:** militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: EUFC, 1998.

VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de. **Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)**. Fortaleza: UECE: Imprece, 2016.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva (org.). **Pesquisas educacionais**: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: UECE, 2018.

| Submetido em: 30/05/2024

| Aprovado em: 03/06/2024

| Publicado em: 15/11/2024